

Raphael Eyer Soares de Paiva

TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Ilegalidades não
enfrentadas no
Tema 414/STJ

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Agradecimentos	V
Introdução	1
1 A lacuna regulatória na política tarifária no serviço público de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário que compromete a modicidade tarifária e universalização	11
1.1 O arcabouço regulatório do serviço público de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário brasileiro à luz das transformações da cidade	11
1.2 A defasagem do atual modelo tarifário do serviço público de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário para fins de universalização.....	34
1.3 A relação umbilical entre a remuneração e o adimplemento do serviço público à luz do princípio da modicidade tarifária e da universalização do acesso: cotejo entre os elementos da fórmula de cobrança e o binômio necessidade-possibilidade	65
2 Desdobramentos da atuação do poder judiciário em matéria de política tarifária no serviço público de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário	97
2.1 A excessiva judicialização sobre política tarifária no serviço público de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário: cotejo entre a legalidade do critério de cobrança em vigor e a jurisprudência da Corte Superior e da Corte Estadual...	98
2.2 A ausência de regulação tarifária nos casos de abastecimento centralizado: cotejo entre a ilegalidade do modelo híbrido de faturamento determinado pela jurisprudência dominante da Corte Estadual do Rio de Janeiro e o entendimento da Corte Superior	120

2.3 A segurança jurídica e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão para os prestadores do serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário à luz das decisões da Corte Estadual do Rio de Janeiro sobre política tarifária	151
3. A proposta de uma nova política tarifária no modelo bifásico brasileiro para promover a universalização do saneamento básico à luz da legalidade, da isonomia e da modicidade de tarifa	179
3.1 A análise do modelo bifásico em vigor e a necessidade de reinterpretar a parte escalonável da tarifa de esgoto	180
3.2 Viabilidade jurídica da proposta de alteração na política tarifária: critérios que legitimam a desconsideração da progressividade no cálculo da tarifa de esgoto	198
3.3 O benefício econômico e a implementação da proposta de alteração da política tarifária em vigor no modelo bifásico brasileiro	221
Conclusão	245
Referências.....	255
Lista de apêndices.....	273
Apêndice A - Formulário aplicado durante a análise jurisprudencial do TJRJ no período entre 2008 e 2018.....	275
Apêndice B - Decisões do STJ de 2021 contra o critério híbrido de faturamento ou consumo individual fracionado	291
Lista de anexos.....	293
Anexo A - Procedimento Comercial	
- PC 4.01 - critérios de faturamento	295
Anexo B - Procedimento Comercial	
- PC 5.16 - procedimento para implantação de tarifa social	299
Anexo C - AGENERSA. Deliberação 1.436/2013, processo E-12/020.505/2012.....	305